

NEGRESCO S/A – CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS

CNPJ/MF 04.379.829/0001-06 - Rua João Bettge, 830 - Portão - Curitiba - PR

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – 1º semestre de 2018

Senhores Acionistas,
Em conformidade com as disposições legais e estatutárias em vigor, submetemos à apreciação de V. SAs., as demonstrações financeiras da **Negresco S/A – Crédito, Financiamento e Investimentos**, bem como o parecer dos auditores independentes, relativas ao primeiro semestre de 2018.

Cenário Econômico
Nos últimos doze meses, a inflação ficou abaixo da meta estabelecida pelo Banco Central e houve redução na taxa básica de juros (Selic), porém, o SPC Brasil e a Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas estimam um total de 63,4 milhões de pessoas físicas negativadas no país. Para 2018, a pesquisa FOCUS (Banco Central) aponta que a inflação deverá ficar próxima a 4,15% ao ano, a SELIC em 6,5% e o PIB com crescimento de 1,49%.

O índice nacional de preços ao consumidor amplo (IPCA) nos últimos sete meses acumulou alta de 2,94%. A previsão dos analistas para 2018 é de alta de 4,15%, isto é, abaixo do centro da meta.
A taxa básica de juros (SELIC), que estava em 7% em dezembro 2017, continuou com cortes nos primeiros

meses de 2018 e hoje está em 6,5% ao ano. A projeção para o final de 2018 é de 6,5% ao ano.

Desta forma, a NEGRESCO CFI continuará atenta ao mercado e com sua política tradicional de consolidação da sua rede e segmento de atuação, crescimento sólido e sustentado, consciência e responsabilidade social, além da busca constante por resultados positivos.

Política Operacional
A NEGRESCO vem mantendo o foco de atuação voltado para o crédito direto ao consumidor e ao empréstimo pessoal, operações próprias e inerentes às sociedades de crédito e financiamento, que lhes são permitidas na forma e limites legais, com parcerias (lojistas) na região Sul, Sudeste e Centro Oeste.

Avaliação dos Resultados e Patrimônio Líquido
O resultado contábil positivo da Negresco S/A – Crédito, Financiamento e Investimentos, no semestre findo em 30 de junho de 2018, alcançou a importância de R\$ 6,37 milhões, com Patrimônio Líquido equivalente a R\$ 64,27 (milhões).

Estrutura de Gerenciamento de Risco e de Capital
No primeiro trimestre de 2018, a NEGRESCO aprovou e implementou a estrutura de gerenciamento de risco e

de capital, conforme determina a Resolução nº 4.557, de 23 de fevereiro de 2017, emitida pelo Banco Central do Brasil. Foi aprovado e está sendo executado o plano anual da área de Controles Internos com relatórios já aprovados pela Diretoria.

Informações mais detalhadas estão na nota explicativa nº 21 e no endereço eletrônico <http://www.credipar.com.br/itenovo/numeros.aspx>.

Considerações Finais
Por fim, cumpre-nos destacar que no cumprimento dos compromissos e responsabilidades inerentes e próprias das atividades da Financeira, é compromisso da Administração, assegurar que as operações da NEGRESCO S/A sejam conduzidas em conformidade com as disposições de lei, normas e regulamentos. Finalizando, agradecemos a dedicação, o empenho e comprometimento de nossos funcionários e colaboradores, bem como a confiança dos acionistas, dos clientes e da sociedade.

Curitiba, 24 de agosto de 2018.

A Administração

Balanços patrimoniais em 30 de junho de 2018 e 2017 - (Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

Ativo	Nota explicativa	30/06/2018		30/06/2017		Passivo	Nota explicativa	30/06/2018		30/06/2017	
Circulante		205.668	201.600			Circulante		42.254	55.860		
Disponibilidades	4	50	150			Depósitos	9	2.378	16.434		
Aplicações interfinanceiras de liquidez		16.880	22.264			Depósito a prazo		2.378	16.434		
Aplicações em depósitos interfinanceiros	4	16.880	22.264			Recursos de depósitos e emissão de títulos	9	29.744	29.253		
Operações de crédito	5	178.422	172.041			Recursos de depósitos e emissão de títulos	9	29.744	29.253		
Setor privado		231.144	211.890			Outras obrigações		10.132	10.173		
Provisão para perdas em operações de crédito		(52.722)	(39.849)			Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		133	184		
Outros créditos	6	9.904	7.046			Fiscais e previdenciárias	10	3.792	3.744		
Impostos e contribuições a compensar		1	86			Diversas	11	6.207	6.245		
Créditos tributários de impostos - IR e CSLL diferidos		8.064	5.865			Exigível a longo prazo		110.245	93.003		
Diversos		1.845	1.101			Depósitos	9	-	2.199		
Provisão para outros créditos		(6)	(6)			Depósito a prazo		-	2.199		
Outros valores e bens		412	99			Recursos de depósitos e emissão de títulos	9	104.710	86.035		
Despesas antecipadas		412	99			Recursos de depósitos e emissão de títulos	9	104.710	86.035		
Realizável a longo prazo		10.320	11.106			Outras obrigações	12	5.535	4.769		
Operações de crédito	5	5.636	4.743			Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais		5.535	4.769		
Setor privado		5.763	4.816			Patrimônio líquido	14	64.277	64.878		
Provisão para perdas em operações de crédito		(127)	(73)			Capital de domiciliados no País		54.359	36.694		
Outros créditos	6	4.684	6.363			Reserva legal		3.867	2.886		
Impostos e contribuições a compensar		1.720	2.501			Lucros acumulados		6.051	25.298		
Créditos tributários de impostos - IR e CSLL diferidos		2.214	2.146			Total do passivo		216.776	213.741		
Diversos		750	1.716								
Permanente		788	1.035								
Imobilizado	7	345	463								
Outras imobilizações em uso		2.482	2.400								
Depreciações acumuladas		(2.137)	(1.937)								
Intangível	8	443	572								
Outros ativos intangíveis		3.933	4.029								
Amortizações acumuladas		(3.490)	(3.457)								
Total do ativo		216.776	213.741								

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Para os semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017 - (Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

Saldos em 01 de janeiro de 2017	Nota explicativa	Capital realizado	Reservas de lucros		Reserva de lucros	Lucro (prejuízos) acumulados	Total
			Reserva legal	Reserva de lucros			
Incorporação da Crediparaná Serviços Financeiros Ltda.		4.019				(24)	3.995
Lucro líquido do semestre		-				8.060	8.060
Distribuição de dividendos	14.c	-			(3.885)	-	(3.885)
Constituição de reserva legal	14.b	-	403		-	(403)	-
Saldos em 30 de junho de 2017		36.694	2.886		17.665	7.633	64.878
Saldos em 01 de janeiro de 2018		54.359	3.548		14.919	-	72.826
Lucro líquido do semestre	14.b	-				6.370	6.370
Constituição de reserva legal	14.c	-	319		(14.919)	(319)	-
Distribuição de dividendos		-			0	0	0
Saldos em 30 de junho de 2018		54.359	3.867		0	6.051	64.277
Mutações do semestre		-	319		(14.919)	6.051	(8.549)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o semestre findo em 30 de junho de 2018 (valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Negresco S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos ("Financeira") foi constituída em 1º de novembro de 2000 e autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN em 6 de abril de 2001. As atividades operacionais tiveram início em 5 de julho de 2001 e compreendem operações de Crédito, Financiamento e Investimentos. Atualmente as operações da Financeira são voltadas à realização de financiamentos de Créditos Direto ao Consumidor - CDC para aquisição de bens e serviços, financiamentos para capital de giro e empréstimos pessoais.

Em 28 de abril de 2017, houve a incorporação da Crediparaná Serviços Financeiros Ltda. que prestava serviços administrativos à Financeira. O laudo de avaliação apurou um ativo total de R\$ 9.179, um passivo de R\$ 5.160 e um acervo líquido de R\$ 4.019 em 31 de março de 2017. Com a incorporação, haverá aumento do Capital Social em R\$ 4.019 que foi aprovado pelo Banco Central do Brasil em 1º de novembro de 2017.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

a. Base de preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, emanadas da Lei nº 6.404/76 das Sociedades por Ações, inclusive com as alterações das Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 adaptadas com as normas do BACEN através dos critérios estabelecidos no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e de outros regulamentos dessa Instituição.

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu diversos pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, porém a maioria não foi ainda homologada pelo BACEN. Desta forma, a Financeira, na elaboração das demonstrações financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BACEN:

- CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos - homologado pela Resolução BACEN nº 3.566/08;
- CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa - homologado pela Resolução BACEN nº 3.604/08;
- CPC 05 - Divulgação sobre Partes Relacionadas - homologado pela Resolução BACEN nº 3.750/09;
- CPC 10 - Pagamento baseado em ações - homologado pela Resolução BACEN nº 3.989/11;
- CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificações de erros - homologado pela Resolução BACEN nº 4.007/11;
- CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes - homologado pela Resolução BACEN nº 3.823/09;
- CPC 24 - Eventos Subsequentes - homologado pela Resolução BACEN nº 3.973/11;
- Resolução nº 4.144/12 - Pronunciamento conceitual básico (R1) emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aplicável onde não conflitar com as normas emitidas pelo Conselho Monetário Nacional ou pelo Banco Central do Brasil - BACEN; e
- CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados - homologado pela Resolução nº 4.424/15. Não é possível prever quando o BACEN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC e se a utilização dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria em 24 de agosto de 2018.

3 Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas pela Financeira na elaboração das demonstrações financeiras são:

a. Auração do resultado

O regime contábil de auração do resultado é o de competência e considera os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais, calculados a índices ou taxas oficiais, "pro rata" dia, incidentes sobre ativos e passivos atualizados até a data do balanço.

b. Ativos e passivos circulantes e a longo prazo

São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de ativos ao seu valor de mercado ou de realização.

c. Caixa e equivalentes de caixa

Para fins de elaboração das demonstrações dos fluxos de caixa, o caixa e equivalentes de caixa, de acordo com a Resolução nº 3.604/08, do Conselho Monetário Nacional, são representados por dinheiro em caixa e depósitos em instituições financeiras, incluídos na rubrica de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez com prazo de até 90 dias, que possuem conversibilidade imediata em caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor de mercado. Entre os recursos disponíveis com essas características, são classificados como equivalentes de caixa somente aqueles recursos mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

d. Aplicações interfinanceiras de liquidez

Registradas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável.

e. Operações de crédito e provisão para perdas em operações de crédito

(i) Operações de crédito - estão registradas pelo valor atualizado pelas rendas incorridas até a data de encerramento do balanço, segundo o critério pro-rata dia. As operações de crédito são avaliadas pela Administração quanto ao nível de risco, observados os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, que requer a sua classificação nos níveis de risco, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo).

As principais operações de crédito são compostas por empréstimos e financiamentos, cujas operações são realizadas com pessoas Físicas e Jurídicas, características estas da Carteira Comercial. Provisão para perdas em operações de crédito - foi constituída nos termos das Resoluções CMN nº 2.682/99 e nº 2.697/00, em montante julgado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização de créditos a receber, levando-se em consideração a análise das operações em atraso e dos riscos específicos apresentados por cliente para operações superiores a R\$ 50 mil.

Essa avaliação, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores. Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso definidos na Resolução CMN nº 2.682/99, para atribuição dos níveis de classificação dos clientes da seguinte forma:

Nível	Intervalo de atraso	Percentual de provisão
AA	A vencer	-
A	Até 14 dias	0,50%
B	De 15 a 30 dias	1,00%
C	De 31 a 60 dias	3,00%
D	De 61 a 90 dias	10,00%

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
Para os semestres findos em
30 de junho de 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

	30/06/2018	30/06/2017
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do período	6.370	8.060
Ajustes ao lucro líquido:		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(1.385)	(489)
Provisão para imposto de renda e contribuição social	7.098	6.401
Depreciações e amortizações	190	188
Provisão para devedores duvidosos	40.095	28.464
Apropriação da despesa antecipada	163	70
Provisão para riscos cíveis	713	371
Provisão para riscos trabalhistas	324	(462)
Variações em ativos e passivos:		
(Aumento) nas operações de crédito	(24.383)	(42.748)
Redução em outros créditos	1.946	776
(Aumento) em despesas antecipadas	(402)	(122)
Aumento (redução) em depósitos	(5.391)	1.124
Aumento em recursos de aceites cambiais	10.891	18.652
Aumento em cobrança e arrecadações de tributos	(19)	29
Aumento (redução) em fiscais e previdenciárias	(562)	(73)
Aumento (redução) em credores diversos	(1.140)	283
IR e CS pagos no semestre	(11.332)	(3.969)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	23.176	16.555
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
(Adições) ao ativo permanente	(15)	(294)
Caixa líquido adquirido na incorporação da Crediparaná Serviços Financeiros Ltda.	-	5.464
Caixa líquido aplicado (gerado nas) atividades de investimento	(15)	5.170
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Pagamentos de dividendos	(17.598)	(3.885)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(17.598)	(3.885)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	5.563	17.840
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	11.367	4.574
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	16.930	22.414

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS
Para os semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto lucro por ação)

	Nota explicativa	30/06/2018	30/06/2017
Receitas da intermediação financeira			
Operações de crédito	5	85.638	76.337
Resultado de aplicações interfinanceiras de liquidez	4	482	693
Despesas da intermediação financeira			
Operações de captação no mercado	9	(5.359)	(8.408)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	5	(40.095)	(28.464)
Resultado bruto da intermediação financeira		40.666	40.158
Receitas (despesas) operacionais		(28.583)	(26.186)
Receita de prestação de serviços	15	2.417	2.594
Despesas de pessoal		(10.238)	(5.480)
Outras despesas administrativas	16	(15.606)	(19.217)
Despesas tributárias	17	(3.958)	(3.397)
Outras receitas operacionais		160	178
Outras despesas operacionais	18	(1.358)	(864)
Resultado antes da tributação		12.083	13.972
Imposto de renda e contribuição social	19	(5.713)	(5.912)
Imposto de renda e contribuição social - corrente		(7.098)	(6.401)
Imposto de renda e contribuição social - diferido		1.385	489
Lucro líquido do semestre		6.370	8.060
Quantidade de ações no fim do período		54.359,021	36.694,021
Lucro por lote de mil ações de capital no fim do período		117,18	219,65

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

E	De 91 a 120 dias	30,00%
F	De 121 a 150 dias	50,00%
G	De 151 a 180 dias	70,00%
H	Acima de 180 dias	100,00%

As operações em atraso classificadas na carteira de operações de crédito com o nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses. Após são baixadas para prejuízo e controladas em contas de compensação por, no mínimo, cinco anos.

As operações de crédito contratadas com clientes cuja responsabilidade total seja de valor inferior a R\$50.000,00 (cinqu

exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base "pro-rata" dia.

J. Recursos de aceites e emissão de títulos

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base "pro-rata" dia.

K. Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas (em base "pro-rata" dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e calculáveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridas (em base "pro-rata" dia).

L. Provisão para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido

Impostos correntes
A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida do adicional de 10%, e inclui incentivos fiscais, cuja opção é formalizada na declaração de rendimentos, e a contribuição social é constituída à alíquota-base de 20% do lucro tributável.

Impostos diferidos

Os impostos diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada período de relatório entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a empresa apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada período de relatório e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada período de relatório, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Financeira espera, no final de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

m. Ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais estão sendo efetuados, para o semestre findo em 30 de junho de 2018, de acordo com os critérios definidos na Carta Circular BACEN nº 3.429/10 e na Resolução BACEN nº 3.823/09 que aprova o Pronunciamento Técnico nº 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

• **Ativos contingentes** - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.

• **Passivos contingentes** - são incertos e dependem de eventos futuros para determinar se existe probabilidade de saída de recursos; não são, portanto, provisionados, mas divulgados se classificados como perda possível, e não provisionados nem divulgados se classificados como perda remota.

• **Provisões** - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, com base na opinião de assessores jurídicos e da Administração, levando em conta a probabilidade de perda de uma ação judicial ou administrativa, se for provável uma saída de recursos para liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos sejam mensuráveis com suficiente segurança. As ações relativas a causas trabalhistas e cíveis classificadas como perdas prováveis pelos assessores jurídicos e prováveis pela Administração são contabilizadas com base na expectativa de perda da administração e divulgadas em notas explicativas.

• **Obrigações legais, fiscais e previdenciárias** - referem-se a demandas judiciais ou administrativas onde estão sendo contestadas a legalidade ou constitucionalidade de tributos e contribuições.

• **Depósitos judiciais** - são mantidos em conta de ativo sem serem deduzidos das provisões para passivos contingentes, em atendimento às normas do BACEN.

n. Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a provisão para perdas com operações de crédito, imposto diferido ativo e a provisão para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração revisa as estimativas e as premissas periodicamente.

o. Lucro por ação

O lucro por ação apresentado na demonstração do resultado é calculado com base na quantidade de ações em circulação na data-base do balanço.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	30/06/2018	30/06/2017
Disponibilidade	50	150
Aplicações interfinanceiras (DI - não ligadas)	16.880	22.264
Total	16.930	22.414

Essas operações não sofrem alterações significativas no valor em virtude de sua natureza e possuem convertibilidade imediata e/ou com data de vencimento original igual ou inferior a 90 (noventa) dias na data da contratação. As aplicações interfinanceiras estão contratadas com taxa pós-fixada entre 96% e 100% do CDI (Certificado de Depósito Interbancário).

A financeira auferiu, no semestre findo em 30 de junho de 2018, receitas com aplicações interfinanceiras no montante de R\$ 482 (R\$ 693 em 2017).

5 Operações de crédito e provisão para perdas com créditos

a. Composição da carteira de crédito, por tipo de operação

	30/06/2018	30/06/2017
Operações de crédito:		
Empréstimos	56.608	42.775
Financiamentos	180.299	173.931
Total	236.907	216.706
Provisão para perdas em operações de crédito	(52.849)	(39.922)
Total	184.058	176.784
Circulante		
Operações de crédito	231.144	211.890
Provisão para perdas em operações de crédito	(52.722)	(39.849)
Total	178.422	172.041
Não circulante		
Operações de crédito	5.763	4.816
Provisão para perdas em operações de crédito	(127)	(73)
Total	5.636	4.743

b. Composição da carteira de crédito por atividade econômica

	30/06/2018		30/06/2017	
	Carteira	Distribuição	Carteira	Distribuição
Setor privado:				
Outros serviços	1.073	0,45%	462	0,21%
Pessoa física	235.834	99,55%	216.244	99,79%
Total	236.907	100,00%	216.706	100,00%

c. Composição por prazo de vencimento

	30/06/2018		30/06/2017	
	Carteira	Distribuição	Carteira	Distribuição
Parcelas vencidas	55.246	23,32%	43.199	19,93%
Parcelas a vencer:				
Até 90 dias	91.153	38,48%	86.548	39,94%
De 90 a 360 dias	84.745	35,77%	82.143	37,91%
Acima de 360 dias	5.763	2,43%	4.816	2,22%
Total	236.907	100,00%	216.706	100,00%

A taxa média praticada no semestre pela financeira foi de 12,80% (13,18% em 2017) ao mês para empréstimo e de 6,22% (6,44% em 2017) ao mês para financiamento.

d. Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa**d.1 Movimentação da provisão para perdas em operações de créditos**

Descrição	30/06/2018	30/06/2017
Saldo do início do período	(42.448)	(40.092)
Constituição	(40.095)	(28.464)
Baixa para prejuízo	29.694	28.634
Saldo final do período	(52.849)	(39.922)
Circulante	(52.722)	(39.849)
Não circulante	(127)	(73)

Foram recuperados, no semestre findo em 30 de junho de 2018, créditos no valor de R\$ 4.202 (R\$ 4.174 em 2017), registrados como receita de recuperação de crédito baixado como prejuízo, na rubrica de outras receitas operacionais. No semestre findo em 30 de junho de 2018 e 2017 não houve renegociações.

d.2 Composição da carteira por nível de risco

O somatório da carteira de operações de crédito e o valor da respectiva provisão para perdas em operações de crédito em 30 de junho de 2018 e 2017 estão segregados de acordo com as normas vigentes e assim representados:

Posição em 30 de junho de 2018

Nível de Risco	Situação	Situatão % de Provisão	Empréstimo Financiamento			Valor da Provisão	30/06/2017			
			Empréstimo	CDC	Total		Até 3 meses	De 4 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total
A	Normal	0,50%	30.115	107.124	137.239	686	-	16.434	2.199	18.633
B	Normal	1,00%	3.566	10.157	13.723	137	8.477	20.776	86.035	115.288
	Vencido	1,00%	598	1.859	2.457	25	-	-	-	45.687
C	Normal	3,00%	2.365	6.317	8.682	260	-	-	-	88.234
	Vencido	3,00%	762	2.042	2.804	84	-	-	-	-
D	Normal	10,00%	1.336	3.958	5.294	529	-	-	-	-
	Vencido	10,00%	865	2.343	3.208	321	-	-	-	-
E	Normal	30,00%	1.065	3.079	4.144	1.243	-	-	-	-
	Vencido	30,00%	1.146	2.895	4.041	1.212	-	-	-	-
F	Normal	50,00%	940	2.736	3.676	1.838	-	-	-	-
	Vencido	50,00%	1.469	3.676	5.145	2.573	-	-	-	-
G	Normal	70,00%	722	2.178	2.900	2.030	-	-	-	-
	Vencido	70,00%	1.542	4.069	5.611	3.928	-	-	-	-
H	Normal	100,00%	1.471	4.531	6.002	6.002	-	-	-	-
	Vencido	100,00%	8.646	23.335	31.981	31.981	-	-	-	-
Total			56.608	180.299	236.907	52.849				

Posição em 30 de junho de 2017

Nível de Risco	Situação	Situatão % de Provisão	Empréstimo Financiamento			Valor da Provisão	30/06/2018		30/06/2017	
			Empréstimo	CDC	Total		Cíveis	Trabalhistas	Total	
A	Normal	0,50%	23.485	116.337	139.822	699	-	-	-	-
B	Normal	1,00%	734	1.857	2.591	26	-	-	-	-
	Vencido	1,00%	2.400	9.252	11.652	116	-	-	-	-
C	Normal	3,00%	101	491	592	18	-	-	-	-
	Vencido	3,00%	1.757	6.374	8.131	244	-	-	-	-
D	Normal	10,00%	39	160	199	20	-	-	-	-
	Vencido	10,00%	1.693	4.864	6.557	656	-	-	-	-
E	Normal	30,00%	10	83	93	28	-	-	-	-
	Vencido	30,00%	1.544	4.443	5.987	1.796	-	-	-	-
F	Normal	50,00%	5	54	59	29	-	-	-	-
	Vencido	50,00%	1.615	4.448	6.063	3.032	-	-	-	-
G	Normal	70,00%	4	45	49	34	-	-	-	-
	Vencido	70,00%	1.323	4.299	5.622	3.935	-	-	-	-
H	Normal	100,00%	10	81	91	91	-	-	-	-
	Vencido	100,00%	8.055	21.143	29.198	29.198	-	-	-	-
Total			42.775	173.931	216.706	39.922				

6 Outros créditos

	30/06/2018	30/06/2017
Impostos e contribuições a compensar (a)	1.721	2.587
Créditos tributários de impostos - IRPJ e CSLL diferidos (b)	10.278	8.011
Devedores diversos - país (c)	497	450
Depósitos em garantia (d)	1.395	1.715
Outros (e)	703	652
Provisão para outros créditos	(6)	(6)
Total	14.588	13.409
Circulante	9.904	7.046
Não circulante	4.684	6.363

(a) Referem-se basicamente a: (i) Saldo negativo de IR restituído pela Receita Federal em junho de 2018, portanto, sem valor (R\$ 831 em 2017), (ii) IRPJ e CSLL que incidiram sobre a SELIC aplicada aos créditos de PIS e de COFINS, decorrentes da inconstitucional exigência do artigo 3º, § 1º, da Lei nº 9.718/98, cuja decisão favorável foi proferida nos autos de Mandado de Segurança nº 2008.70.00.001426-7/PR, no montante de R\$ 1.558 (R\$ 1.558 em 2017).

(b) A Negresco registrou os ativos fiscais diferidos referentes a diferenças temporárias dedutíveis e estão suportados por estudo de realização futura. A origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos são compostos basicamente por provisões para perdas em operações de crédito e provisão para riscos cíveis e trabalhistas, conforme apresentado abaixo:

	30/06/2018	30/06/2017
Provisão para perdas em operação de crédito	7.821	5.718
Provisão para riscos cíveis	856	848
Provisão para riscos trabalhistas	1.358	1.298
Outros	243	147
Total	10.278	8.011

Expectativa de realização do crédito tributário

Conforme Resolução 3.059/02, as instituições financeiras podem efetuar o registro contábil de créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal de imposto de renda, de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido e diferenças temporárias se apresentarem expectativa de geração de lucros futuros para fins de imposto de renda e contribuição social. O registro deve estar baseado em estudo técnico que demonstre a probabilidade de ocorrência de obrigações futuras com impostos e contribuições que permitam a realização do crédito tributário no prazo máximo de dez anos. No semestre findo em 30 de junho de 2018 e 2017, os créditos tributários apresentaram a seguinte movimentação:

	Saldo 30/06/2017	Saldo Inicial 31/12/2017	Consti- tuição	Utilização / Reversão	Saldo Final 30/06/2018
Imposto de renda					
PCL	3.177	3.542	3.753	(2.950)	4.345
Provisão para contingências	1.192	1.262	452	(330)	1.384
Outras provisões	82	137	71	(73)	135
Créditos Tributários de IRPJ	4.451	4.941	4.276	(3.353)	5.864
Contribuição social					
PCLD	2.541	2.833	3.003	(2.360)	3.476
Provisão para contingências	954	1.010	361	(541)	830
Outras provisões	65	109	57	(58)	108
Créditos Tributários de CSLL	3.560	3.952	3.421	(2.959)	4.414
Total de créditos tributários de CSLL e IRPJ	8.011	8.893	7.697	(6.312)	10.278

A Financeira efetuou seu estudo de realização para a data base de 30 de junho de 2018 e 2017, considerando as suas melhores expectativas de geração de lucros tributáveis para os próximos exercícios. Considerando as expectativas de resultados futuros, determinados com base em suas premissas, a Administração considera que os créditos tributários registrados serão realizados nos seguintes prazos:

	Diferenças Temporárias	
	2018	2017
2017	-	5.445
2018	8.064	783
2019	738	787
2020	738	785
2021	738	71
2022 a 2026	-	140
Total	10.278	8.011

O valor presente do crédito tributário é de R\$ 9.615 (7.221 em 2017), calculado de acordo com a expectativa de realização das diferenças temporárias e a taxa média de captação projetada de 7,66% (12,30% em 2017) ao ano para os períodos correspondentes.

(c) Referem-se basicamente as cobranças efetuadas por bancos e lojistas cujos valores são creditados no 1º dia útil de julho.

(d) Referem-se a depósitos em garantia de ações cíveis e trabalhistas.

(e) Referem-se basicamente a adiantamentos de beneficiados e de 13º salário.

7 Imobilizado de uso

	30/06/2018	Saldo Depreciação Acumulada	Saldo líquido	30/06/2017	Saldo líquido
Móveis e equipamentos de uso	1.602	(1.393)	209	235	31
Equipamentos de comunicação	444	(391)	53	197	3
Outros	436	(353)	83	197	4
Total					

b. Reserva legal

Conforme determina o artigo 193 da Lei nº 6.404/76, 5% do lucro líquido será aplicado na constituição de reserva legal, antes de qualquer outra destinação, até o limite de 20% do capital social integralizado, podendo ser utilizada para futuro aumento de capital social e/ou compensação de prejuízos acumulados. No semestre, a Financeira constituiu a reserva legal no montante de R\$ 319 (R\$ 403 em 2017).

c. Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

Em ata de Reunião de Diretoria de 29 de janeiro de 2018, foi aprovada a distribuição de dividendos no valor de R\$ 14.919, tendo como base o lucro líquido do exercício de 2017. Em janeiro de 2018, a Financeira realizou pagamento de dividendos no montante de R\$ 510 e, em fevereiro de 2018, no montante de R\$ 17.088 que foram convertidos em Letra de Câmbio.

A Financeira aprovou e pagou, no primeiro semestre de 2017, R\$ 3.885 a títulos de distribuição de dividendos do exercício de 2016.

Os juros sobre o Capital Próprio serão calculados e pagos em dezembro de 2018 e deverão ficar limitados ao cálculo pela TJLP.

15 Receita de prestação de serviços

No semestre findo em 30 de junho de 2018, o saldo de receita com prestação de serviços é representado principalmente por tarifa de cadastro em operações de crédito no montante de R\$ 2.417 (R\$ 2.594 em 2017).

16 Outras despesas administrativas

	30/06/2018	30/06/2017
Comunicação	478	541
Processamento de dados	363	385
Serviços dos sistemas financeiros	1.275	946
Serviços de terceiros	7.525	12.028
Técnicos especializados	5.146	4.508
Outros	819	809
Total	15.606	19.217

17 Despesas tributárias

	30/06/2018	30/06/2017
COFINS	3.253	2.764
PIS	528	449
ISS	122	131
Outros	55	53
Total	3.958	3.397

18 Outras despesas operacionais

	30/06/2018	30/06/2017
Processos Cíveis e Trabalhistas	326	394
Depreciação e amortização	189	188
Outros	343	282
Total	1.358	864

19 Imposto de renda e contribuição social**a. Composição do imposto de renda e contribuição social no resultado**

	30/06/2018	30/06/2017
Impostos correntes:		
Imposto de renda	3.938	3.551
Contribuição social	3.160	2.850
Total	7.098	6.401
Impostos Diferidos		
Imposto de renda	(923)	(67)
Contribuição social	(462)	(422)
Total	(1.385)	(489)
Total de Imposto de Renda e Contribuição Social	5.713	5.912

b. Conciliação do imposto de renda e contribuição social no resultado

	30/06/2018	30/06/2017
Resultado antes do IRPJ e CSLL	12.083	13.972
Despesa de IRPJ e CSLL a alíquota teórica (45%)	(5.437)	(6.287)
(Adições) exclusões permanentes:		
Outras diferenças permanentes	(12)	(4)
Imposto de Renda e CSLL ajustados pelas diferenças permanentes	(5.449)	(6.291)
Diferença de alíquota de CS das provisões trabalhistas incorporadas	-	368
Diferença de alíquota de CS das provisões cíveis/trabalhistas para 2019	(276)	-
Outros	12	11
Total de IRPJ e CSLL corrente e diferido	(5.713)	(5.912)

20 Instrumentos financeiros derivativos

A Financeira não participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos registrados em contas de compensação ou patrimônios que se destinem a atender às necessidades próprias ou de terceiros, no semestre findo em 30 de junho

de 2018 e 2017.

21 Gerenciamento de riscos

A Financeira possui estrutura de gerenciamento de riscos capacitada a identificar, avaliar, monitorar, controlar e mitigar os riscos relevantes a que está sujeita, inclusive aqueles decorrentes de serviços especializados, cujas classes principais são: risco de crédito, risco de liquidez e risco operacional. Adicionalmente, possui uma estrutura voltada ao gerenciamento de capital, com o objetivo de avaliar a adequação do capital para fazer face aos riscos mencionados, inerentes às suas operações e negócios.

O Relatório de Gerenciamento de Risco e de Capital está disponível no endereço eletrônico <http://www.credipar.com.br/sitenovo/numeros.aspx>.

22 Patrimônio de referência exigido

As instituições financeiras estão obrigadas a manter uma relação mínima entre o Patrimônio de Referência (PR) e os riscos ponderados (Patrimônio de Referência Exigido - PRE) de 9,25%, de 1º de janeiro de 2017 à 31 de dezembro de 2017, e de 8,625%, de 1º de janeiro de 2018 à 31 de dezembro de 2018.

	30/06/2018	30/06/2017
Patrimônio de referência	64.273	60.851
RWAopad (Risco Operacional)	20.434	2.038
RWAcpad (Risco de Crédito)	17.786	18.428
RWAmrad (Risco de Mercado)	-	856
Total de parcela	38.220	21.322
Suficiência (insuficiência) de capital	26.053	39.529
Índice de Basileia BACEN	14,50	26,40
Razão mínima (Basileia / Bacen)	8,625	9,25

Diretoria

Orlando Otto Kaesemodel Filho - Presidente
Orlando Otto Kaesemodel Neto - Vice-Presidente
Antonio João Beal - Diretor Administrativo e Financeiro
Jose Gilberto Beal - Diretor Contabilidade, Gerenciamento de Risco e Capital
Sergio Shoji Yamamoto - Diretor de Recursos de Terceiros

Contador responsável

José Gilberto Beal - Contador
CRC (PR) 035187/O - 7

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

**Aos Acionistas e Diretores da
Negresco S.A. – Crédito, Financiamento e Investimentos
Curitiba - PR**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Negresco S.A. – Crédito, Financiamento e Investimentos ("Financeira"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Negresco S.A. – Crédito, Financiamento e Investimentos em 30 de junho de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – Bacen.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras".

Somos independentes em relação à Financeira, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Financeira é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a

de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Financeira continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Financeira ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração da Financeira são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

– Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

– Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Financeira.

– Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

– Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Financeira. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Financeira a não mais se manter em continuidade operacional.

– Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 24 de agosto de 2018

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-PR

Eduardo Tomazelli Remedi
Contador CRC 1SP259915/O-0

90843/2018

**A história do Paraná
passa por aqui.**